



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INVENTANDO POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS EM SEXUALIDADE

Rodrigo Bravin (1); Hiran Pinel (1)

(Graduando em Ciências Sociais e mestrando em educação do Programa de Pós-graduação em Educação UFES. rodrigobravin@gmail.com; Professor Doutor da Universidade Federal do Espírito Santo – Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE – UFE. hiranpinel@ig.com.br.)

RESUMO

Este texto pretende contribuir para a discussão da sexualidade na escola e também narrar uma prática pedagógica na qual foi trabalhado o tema diversidade sexual com turmas do 3º ano da Escola Estadual de Ensino Médio Irmã Dulce Lopes Ponte em Viana – ES, a partir de aulas expositivas e uso de um documentário. Historicamente temáticas como sexualidades, religiosidade e raça vêm sendo tratadas de forma marginal nas práticas pedagógicas, pois professores (as) e escolas, em muitas situações, preferem se esquivar de polêmicas, impondo verdades absolutas e imutáveis sobre o corpo. Desta forma, no caso específico da sexualidade, percebemos que o corpo é tratado como algo dado, determinado e pronto desde o nascimento. Esta forma de pensar ignora as redes de poder existentes na sociedade e toda construção cultural que ocorre com o corpo. Nossos jovens chegam à escola, muitas vezes, com impressões equivocadas, distorcidas, crendices e preconceitos sobre o sexo e a instituição escolar ao invés de aproveitar essa possibilidade para propiciar um processo de reflexão, prefere em muitos momentos ignorar e impor aos discentes normas, regras e uniformização de comportamentos. Podemos concluir que discutir sexualidades no ambiente escolar é uma possibilidade de questionar e desconstruir preconceitos que foram se estabelecendo historicamente como normais. Assim, no fim da atividade os estudantes expressaram suas aprendizagens em relação à sexualidade por meio de música, arte, desenhos, etc. (anexo).

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade, Escola, Corpo.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto pretende contribuir para a discussão da sexualidade na escola e também narrar uma prática pedagógica na qual foi trabalhado o tema diversidade sexual com turmas do 3º ano da Escola Estadual de Ensino Médio Irmã Dulce Lopes Ponte em Viana – ES, a partir de aulas expositivas e uso de um documentário.

Embora a sexualidade seja parte integrante da vida das pessoas, a escola, em muitos momentos, busca fugir de questões que possam causar algum desconforto. Historicamente, temáticas como sexualidade, religiosidade e raça vêm sendo tratadas de forma marginal nas práticas pedagógicas, pois muitos (as) professores (as) e escolas preferem se esquivar de polêmicas e com isso, acabam impondo verdades absolutas sobre a diferença e o corpo. Assim, no caso específico da sexualidade, percebemos que o corpo é tratado como algo dado, determinado e pronto desde o nascimento.

Esta forma de pensar ignora as redes de poder existentes na sociedade e toda construção cultural que ocorre com o corpo. Os jovens chegam à escola, muitas vezes, com impressões equivocadas, distorcidas, crendices e preconceitos sobre o sexo e a instituição escolar ao invés de aproveitar essa possibilidade para propiciar um processo de reflexão e educação sexual, prefere em muitos momentos ignorar e impor normas, regras e a uniformização de comportamentos.

Entretanto, a escola pública como promotora de acesso ao direito constitucional á educação não pode fugir, muito menos negligenciar suas responsabilidades. Deve ser um local que ofereça o conhecimento, promova a reflexão ao mesmo tempo em que defenda uma sociedade mais justa, plural e garantidora de todos os direitos.

A CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL DO CORPO



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Ainda hoje são perceptíveis posições de alguns grupos na sociedade brasileira que defendem a sexualidade como algo de foro íntimo e uma questão que só pode ser tratada com pessoas nas quais confiamos. Para estes, todos (as) vivem a sexualidade da mesma forma, pois ela é algo nato, herdada desde o útero materno.

[...] nossa sociedade, que de forma compulsória se afirma majoritariamente heterossexual e, portanto, legítima, estaria alheia aos processos históricos e sociais de diferenciação e inferiorização das homossexualidades. O resultado é percebido pelos privilegiados apenas como um dado natural, um fato a se constatar na ordem do universo. Ainda assim, tal constatação só se lhes apresenta quando são extremamente questionados. As homossexualidades seriam assim naturalmente inferiores, por constituírem um desvio da natureza saudável da humanidade (PRADO, NOGUEIRA E MARTINS, 2012, p. 24-25).

Os discursos médicos sobre a sexualidade se estabeleceram de tal forma que pensar qualquer possibilidade diferente da norma heterossexual é inaceitável. Mas quando essa diferença se mostra, rapidamente são tomadas atitudes de desqualificação fundamentadas na defesa da “moral”, da família e da religião que buscam manter hierarquias sexuais e estigmatizar o grupo considerados inferiores.

Essas concepções aprisionaram e ainda aprisionam muitas pessoas num tabu muitas vezes inquestionável, impondo uma única forma de viver a sexualidade e, pressionando alguns grupos, como é o caso do público LGBTT (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) a viverem entre silêncio e submissão. A moralização da sexualidade é a tônica para despolitização da diversidade e sua caracterização a partir de modelos pré-estabelecidos e anormalizantes.

A migração de fenômenos políticos para o registro da moral evidencia a fragilidade dos arranjos democráticos do Estado moderno de forte inspiração republicana, que apenas aparentemente oferece a garantia dos direitos de liberdade e igualdade postos pela própria modernidade. Esta fragilidade faz com que o campo do político seja colonizado por um vocabulário moral e escorregadio, uma vez que não pode ser interpretado pela argumentação pública instalada pela emergência de novos sujeitos políticos. Aqueles sujeitos, portanto, que revelam o conflito – muitas vezes tomado silêncio ou pelo barulho excessivo – são invisibilizados na esfera pública, quando não patologizados e discriminados como portadores de discurso sem sentido, sem



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

racionalidade, aqueles discursos que são apenas ruídos (PRADO, NOGUEIRA E MARTINS, 2012, p. 33 e 34).

Louro (2000) questiona a falta de reflexão quando se fala de sexualidade e defende um debate amplo pelo conjunto da sociedade por ser um assunto político e social e também por que “[...] envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções (p. 9).”

Isso quer dizer que não se sustenta o naturalismo com que a sexualidade é pensada e ensinada, pois as ações humanas ganham sentido dentro de um contexto social e “[...] são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (p. 9).

Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais [...] (LOURO, 2000, p. 3).

A sexualidade é produzida socialmente e, por isso, os corpos acabam subordinados a diversos discursos que buscam regular, normatizar e impor verdades. Todas essas falas ecoam de instituições sociais como família, escola, religião, mídia e acabam internalizadas por muitas pessoas.

Assim, a proposta de pensar o corpo dentro de um contexto cultural contribui para desconstruir a forma natural com que sempre foi encarado, pois “[...] o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. [...] (LOURO 2013, p. 30)”.

PODER E DOMINAÇÃO



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Elias e Scotson (2000) empreenderam um estudo na cidade de Wiston Parva (nome fictício), na Inglaterra buscando compreender a delinquência juvenil e acabaram descobrindo uma sociedade que não apresentava diferenças entre seus membros no que tange à renda, religião, ocupação, etc., mas que mostrava grande desequilíbrio de poder entre moradores antigos, os *estabelecidos* e novos residentes, chamados de *outsiders*.

Os autores observaram que o equilíbrio de poder nas relações instituídas entre grupos e indivíduos pode repercutir em inferioridade de poder para um deles possibilitando que o grupo mais poderoso estigmatize o que tiver menos poder, levando-o a aceitar e a vivenciar uma condição, inclusive, de inferioridade humana.

A descrição de uma comunidade da periferia urbana apresentada neste livro mostra uma clara divisão em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 19).

A vida em Winston Parva era marcada por processos de figuração entre estabelecidos e outsiders que mantinham interdependência entre si, mas com o grupo mais poderoso tendo uma autoimagem (*status*) bastante positiva que “[...] era compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros [...] (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 20)”.

A principal figuração dessa cidade era o desequilíbrio de poder entre dois grupos que causava instabilidade e autoestigmatização dos novos moradores. “[...] Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 20)”.

Os estabelecidos evitavam manter contato com os outsiders e quando ocorriam eram apenas relações profissionais. Os novos moradores acabavam nominados sempre como *os de fora*.

[...] Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo; e o tabu em torno desses contatos era mantido



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [praise gossip], no caso dos que a observavam, e ameaça de fofocas depreciativas [blame gossip] contra os suspeitos de transgressão (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 20).

Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais quando ocupam o espaço formal de educação subvertem a ordem e a moral estabelecidas num país majoritariamente cristão. São as (os) de fora, desviantes, os outsiders dentro de um espaço tomado por *fofocas elogiosas* (ELIAS E SCOTSON, 2000) que defendem a família heterossexual e cristã como único modelo aceitável de existência.

Assim como em Wiston Parva, a escola demarca posições específicas que são mantidas de acordo com o nível de coesão social entre os grupos. Para Elias e Scotson (2000),

[...] Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer [...] (p. 23).

ESCOLA DESSEXUADA E SEM CORPO

“O corpo parece ter ficado fora da escola [...]” (LOURO 2000, p. 87). Com essa constatação podemos pensar que muitas práticas escolares ignoram a existência de pessoas em seus espaços físicos. Seria um trabalho docente feito por espíritos desprovidos de corpo.

[...] as teorias educacionais e as inúmeras disciplinas que constituem os cursos de formação docente pouco ou nada nos dizem sobre os corpos – dos estudantes ou dos nossos. Com exceção da Educação Física, que faz do corpo e da sua agilidade o foco central da sua acção, todas as demais áreas ou disciplinas parecem ter conseguido produzir o seu “corpo de conhecimento” sem o corpo [...] (LOURO, 2000, p. 87).

Mesmo com essa constatação de que a escola, muitas vezes, ignora a presença de corpos em suas dependências é perceptível que os discursos escolares têm no corpo o foco central de “moralização”, disciplinamento e reforço da norma



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Percebe-se que o corpo é aceito e compreendido dentro de uma perspectiva biológica, médica e religiosa que o produzem como algo dado, determinado. Mas, ao mesmo tempo, esse mesmo corpo é ignorado dentro de um ponto de vista cultural, impedindo uma análise dos discursos que o produzem e a possibilidade de se construir um processo efetivo de educação sexual. Por isso, muitos discursos escolares buscam

Observar os corpos de meninos e meninas; avaliá-los, medi-los, classificá-los. Dar-lhes, a seguir, uma ordem; corrigi-los sempre que necessário, moldá-los às convenções sociais. Fazer tudo isto de forma a que se tornem aptos, produtivos e ajustados – cada qual a seu destino [...] (LOURO 2000, p. 89-90).

Dentro dessa problemática estão algumas licenciaturas que sequer consideram a sexualidade digna de compor suas grades curriculares. “[...] Parece mais fácil (mais seguro?) acreditar que as características chamadas “físicas” estão fora da cultura, são duráveis, estáveis, fixas, e portando, confiáveis [...]” (LOURO, 2000, p. 91).

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva metodológica qualitativa por possibilitar o desvelar de sentidos e visões de mundo do público pesquisado. Para Minayo, (2010) a pesquisa qualitativa busca compreender situações que não podem ser quantificadas. Por isso, esse método tenta compreender “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...] (p.21)”.

Utilizou-se como delineamento a pesquisa-ação nos processos de observação, coleta e análise dos dados obtidos. Thiollent, (2010) afirma que,

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2010, p. 20).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Em relação à prática, destacamos que durante um mês, seguindo o que determina o Currículo Básico das Escolas Estaduais do Espírito Santo, foram trabalhadas as temáticas “etnocentrismo, gênero e diversidade sexual” nas aulas de sociologia com 03 (três) turmas de 3º ano do ensino médio em uma escola de Viana – ES. Também foi apresentando um vídeo documentário cujo título é “Ser Mulher”.

Na primeira aula realizamos exposição dialogada e debate inicial para compreender as percepções dos estudantes sobre a diversidade sexual, gênero e sexualidade. Nesse momento todos (as) foram estimulados (as) a falar o que pensavam.

Na segunda aula apresentamos o vídeo documentário “Ser Mulher”. Este documentário e mostra um pouco da história de 04 (quatro) transexuais que falam sobre preconceitos e dificuldades que passaram ao longo de suas vidas e as modificações corporais as quais se submeteram.

Na terceira aula voltamos à sala para novo debate agora a partir do vídeo assistido. Nesse momento buscamos dirigir a discussão a partir dos marcos legais brasileiros que garantem direitos à todos (as) independente de qualquer diferença.

No quarto momento os (as) alunos (as) puderam expressar suas impressões em relação ao trabalho realizado durante todo o mês por meio da arte (anexo).

DISCUSSÃO

A proposta de trabalhar a temática diversidade sexual com estudantes de 3º anos do ensino médio foi uma forma de atender aos parâmetros curriculares nacionais – PCN’s quando se referem à orientação sexual, além de possibilitar o enfrentamento de situações de homofobia e preconceito observados no cotidiano da Escola Estadual de Ensino Médio Irmã Dulce Lopes Ponte, em Viana – Espírito Santo.

Todo o trabalho foi planejado com a intenção de possibilitar a criação de um ambiente de conhecimento, acolhimento e respeito à diversidade sexual existente na escola a partir de um processo



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de sensibilização do corpo discente e da possibilidade deles (as) se expressarem por meio da arte.

Levar para dentro da sala de aula o debate sobre diversidade sexual foi uma oportunidade de romper com diversas práticas pedagógicas que ignoram a construção social do corpo e contribuem para o silêncio em relação ao corpo e à sexualidade.

Foi perceptível, durante a experiência, grande estranhamento de alguns alunos que não entendiam o motivo de estarem discutindo uma temática tão “desconhecida”. Essa sensação de desterritorialização talvez possa ser explicada pelo fato de muitos dos estudantes vivenciarem experiências com instituições sociais como a família e a religião que reforçam o binarismo de gênero e a imutabilidade do corpo.

Não esperamos que essa ação transforme os pensamentos de todos os alunos em relação à diversidade sexual, mas foi um experiência de transgressão do estabelecido e também uma oportunidade de desconstrução de discursos que os espaços escolares, em muitos momentos, insistem em reforçar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade humana na atualidade é construída sobre bases marcadamente globalizadas. Por isso, suas principais características são a provisoriedade, a homogeneização e a “fabricação” de gostos.

A diferença, quase sempre, é tratada com estranhamento, pois em muitos momentos não somos ensinados em casa, na escola, muito menos em nossas religiões a respeitar o que não conhecemos mesmo o povo brasileiro sendo altamente diversificado em relação à cultura, às crenças, à sexualidade, à raça, etc.

Pensar a diversidade sexual é um perigo para os discursos que pensam o corpo como algo determinado e sem possibilidade de modificação. A escola enquanto espaço de socialização não pode se eximir da responsabilidade de levar aos discentes possibilidades de conhecer a realidade em suas múltiplas determinações.

Em muitas situações, o apreço à diferença permanece destituído de ações institucionais que lhe dê sentido e significado social. Na nossa percepção, parece característico da fase civilizatória em que nos



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

encontramos haver muito mais uma obsessão em cultivar no outro a libertação daquele modelo que nos incomoda, que subverte a regra do que expectativa em desenvolver ações que impulsionem outras compreensões fundamentadas em patamares que se desvinculem do processo de anormalização do que nos é estranho.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. (trd) Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro – RJ. Zahar, 2000.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Volume 1. Rio de Janeiro – RJ. Zahar, 2011.

FABRIS, E. H.; LOPES, M. C. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte – MG. Autêntica, 2013.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. (TRD.) Raquel Ramallete. Petrópolis – RJ, Vozes, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. (trd) Fernando Tomaz. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Editora, Portugal, 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis – RJ, Vozes 2012.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte – MG, 2000, Autêntica.

_____. et al. (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis – RJ, Vozes 2013.

PRADO, M. A. M, et al. Escola e política do armário na produção das hierarquias sexuais no Brasil. In: RODRIGUES, R.; BARRETO, M. A. S. C. (Orgs.) **Currículos, gênero e sexualidades.** Vitória – ES, Edufes, 2012

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. A orientação sexual na escola e os parâmetros curriculares nacionais. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação sexual:** apontamentos para uma reflexão. Araraquara: FCL/ Laboratório editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002, p.. 81-96.

Ser Mulher. Dir. Luciano Coelho. Perf. Maitê Schneider. Projeto Olho Vivo, 2007. Filme.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ANEXOS

ANEXO 1 – Uma das atividades produzida pelos estudantes



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

